



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às quinze horas do dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e três, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes na modalidade híbrida, com sala remota via internet e, presencialmente, no Teatro Gonzaguinha, localizado no Centro de Artes Calouste Gulbenkian, participando: Adair Rocha; Alice Muniz; Antônia Phillippsen; Ariane Kloy; Bianca Toledo; David Theodor; Diene Moraes; Douglas Resende; Eduardo Nascimento; Fabiana Misse; Fábio Barroso; Fernanda Souza; Fernanda Romano; Guilherme Lopes; Jardel Augusto; José Leon; Juliana Evangelista; Luciane Rufino; Lux Negrè; Marcel Balassiano; Marcelo Calero; Marilene Monteiro; Mariana Ribas; Michel Galdino; Paulo Pedro; Paulo Ramos; Rafael Koury; Raquel Cruz; Renato Rangel; Rui da Cruz; Sandra Santos; Selma Couto; Sônia Abreu; e Ygor Gabriel Lioi. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020 e em atendimento à solicitação de muitos conselheiros. Após dificuldades técnicas para estabelecer uma conexão estável para a interação virtual, às 15h30min, a Presidente do Conselho Mariana Ribas dá início ao encontro saudando os presentes. Ela solicita aos que forem participar pelo chat e/ou se inscrever para fala, que coloquem nome e sobrenome para a identificação e diferenciação entre conselheiros e sociedade civil. Neste momento, há

quórum de 27 conselheiros presentes. A Presidente Mariana Ribas participa que esta reunião tem como pauta: Apresentação das diretrizes gerais de uso dos recursos da Lei Aldir Blanc II; e Grupo de Trabalho (GT) do Plano Municipal de Cultura. Para tratar da primeira pauta, a Presidente do Conselho convida o Secretário de Cultura Marcelo Calero para a fala. O Secretário Municipal de Cultura Marcelo Calero apresentou as diretrizes gerais de uso dos recursos da Lei Aldir Blanc II, tendo como destinação o edital Pró-Carioca Linguagens e o edital Pró-Carioca Inovação e a reforma das Lonas Culturais Carlos Zéfiro, em Anchieta, e Jacob do Bandolim, em Jacarepaguá, equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura. Deliberou-se que a SMC disponibilizará, até o dia 1º de setembro, a minuta dos editais, e que os Conselheiros poderão enviar suas contribuições ao texto, no prazo de 03 semanas a contar do seu recebimento. Deliberou-se, ainda, que finalizada a fase de sugestões do CMPC, a SMC fará a consolidação do texto e passará à fase de consulta pública para posterior publicação definitiva. Após a apresentação do plano de obras nas Lonas Culturais pelo Secretário Marcelo Calero, a conselheira Sonia Abreu, cadeira Literatura Livros Leitura, pergunta sobre a situação de Campo Grande, que está sem Lona Cultural, não tem Nave do Conhecimento e a Biblioteca não tem Internet. O Secretário participa que a Biblioteca entrará em obras e que há planos para a região. Então, a conselheira suplente da cadeira de Artes Visuais Antonia Philippsen apresenta a questão da Lona Elza Osborne. Aberta as inscrições para falas online e presencialmente, a conselheira Alice Muniz (Audiovisual) indaga sobre a previsão de

contemplar pessoas físicas, CPFs, e alerta quanto à necessidade de utilização de formulários que facilitem as inscrições desse público. O Secretário Marcelo Calero lembra que há um diferencial entre a LAB 1 e a LAB2, visto que a primeira foi uma ação emergencial e que a grande quantidade de contemplados por CPF se fez necessária naquele momento. Já a LAB 2 volta-se para Políticas estruturantes. Marcelo Calero destaca que os CPFs serão exclusivos para o Programa Ações Locais. A Presidente do Conselho passa a palavra à conselheira Fernanda Souza (Direitos da Cidadania). Na sequência, o conselheiro representante do governo federal Eduardo Nascimento participa que, quanto à LAB II, já existe um Projeto de Lei em relação ao Plano de Aceleração do Crescimento - PAC que inclui a reforma de equipamentos. Ato contínuo, a conselheira suplente da cadeira de Artes Visuais Antônia Phillippsen tem a palavra e sugere ao Secretário de Cultura Marcelo Calero que a Secretaria retome um diálogo sobre a Lona de Campo Grande. Em especial, devido à relevância de ter sido pioneira no cenário dos equipamentos culturais naquele território. A conselheira Juliana Evangelista havia se inscrito para fala, mas a mesma participa que já se sentiu contemplada nas falas anteriores. A conselheira suplente na cadeira de Teatro Lúx Negrè tem a palavra e indaga sobre o estado atual de fundos e recursos de outras esferas e de outras Secretarias voltadas à Cultura no Município. O Secretário participa que, no momento, ainda há poucas ações, mas que há expectativas de que emendas parlamentares cheguem. Com a palavra, o conselheiro da Música Fábio Barroso apresenta sua preocupação e busca informações sobre um movimento ou

edital específico para o Funk. O Secretário Marcelo Calero apresenta a importância de compreender e analisar os resultados. Referindo-se às linhas "música" e "dança" no Edital da Lei Paulo Gustavo. Entendendo ainda que, privilegiar um estilo ou ritmo musical não seria uma segmentação adequada. Além desse, o Secretário reforça que no Programa Ações Locais, expressões artísticas como rima, poesia e hip hop também estão contempladas. Sem mais inscrições sobre a primeira pauta, o Secretário agradece o envolvimento e presença de todos e todas na IV Conferência Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro. A Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural Mariana Ribas traz, então, a segunda pauta do dia: Grupo de Trabalho para o Plano Municipal de Cultura. Um que deverá revisar o Projeto de Lei do Plano e que teve sua composição, paritária, publicada no Diário Oficial de hoje. Para tanto, o Projeto de Lei será encaminhado no dia de hoje aos conselheiros e a proposição de tempo para que leiam e dêem suas contribuições é de até 3 (três) semanas. Visto que o documento possui 35 (trinta e cinco) páginas. Neste momento, outros conselheiros manifestam seu desejo de participarem do Grupo de Trabalho. Bianca Toledo, Assessora da Vereadora Mônica Benício, como questão de ordem, solicita que seja exposta a metodologia do Grupo de Trabalho - GT, bem como diretrizes e prazos. E a Presidente Mariana Ribas, junto ao Secretário Executivo Renato Rangel explicam que, a partir de hoje, ter-se-ia a seguinte perspectiva: Primeiras semanas destinadas à leitura do documento. Logo, 1º momento - entrega do Projeto de Lei do Plano Municipal de Cultura; 2º momento - Reunião I para pensar a metodologia

do GT com o grupo; 3º momento - Retorno com os destaques. Bianca Toledo continua e indaga sobre qual seria o papel deste GT? Quanto tempo duraria? Visto que, legalmente, a Secretaria Municipal de Cultura está há dois anos atrasada. Pois, houve uma lei que estipulou um prazo para essa entrega. A Assessora expressa, ainda, sua preocupação com o calendário do próximo ano, por ser ano eleitoral. Por isso, entende que será bem mais complicado, caso o Projeto de Lei não chegue à Câmara ainda este ano. Então, ela solicita que haja data, meta e metodologia para acelerar tal análise, uma vez que tal minuta já foi revisada 3 (três) vezes. Sendo a última dessas com contratação de um consultor. Bianca indaga ainda se o Grupo de Trabalho será aberto e se suas reuniões serão transmitidas? Relembra que a última revisão contou com mais de 60 (sessenta) pessoas integrando o GT. Neste momento, abrem-se as inscrições para falas da Sociedade Civil: Bianca Toledo; Ana Lúcia Pardo; Carla Wendling; Sarah Alonso; Verônica Dias; Marilene Monteiro. Com a fala, Ana Lúcia Pardo parabeniza a SMC por este espaço de escuta e participação social e apresenta que entre os anos de 2009 e 2023 esta Secretaria passou por 8 (oito) Secretários de Cultura; 4 (quatro) Conferências de Cultura; e 2 (duas) consultorias para o plano Municipal de Cultura. Ela enfatiza que no ano de 2020 houve um Grupo de Trabalho com a presença de convidados técnicos no assunto e da Comissão de Cultura da Câmara junto ao CMPC. Um grupo que reuniu mais de 60 (sessenta) pessoas que se debruçaram sobre essa construção. Destaca, ainda, que em 2021 houve a contratação de uma consultoria com o especialista em Plano Marcelo Veloso. E, por isso, Ana Lúcia

Pardo questiona sobre qual seria, então, o papel deste GT atual? Quais seriam os prazos e metodologias? Visto que um documento que já teve 70 (setenta) páginas, após tantas revisões, atualmente estaria em 34 (trinta e quatro) páginas. Na sequência, Sarah Alonso tem a palavra e ressalta a importância das reuniões do Conselho e pede que estejam todos atentos à escuta à Sociedade Civil na construção dos editais. Destaca como exemplo o processo de escuta que o Fórum Carioca de Cultura proporcionou com amplo debate sobre critérios e linhas no processo de construção da Lei Aldir Blanc 1. Sarah Alonso aponta para a compreensão da Lei Aldir Blanc 2 estar voltada às políticas estruturantes e, para tanto, questiona sobre “qual estruturação que se quer?” “O que os trabalhadores do setor querem e/ou estão precisando?”. Sobre o Programa Ações Locais, ela considera que as perguntas estavam difíceis e longas para a compreensão dos trabalhadores da cultura sem muita experiência em inscrições do tipo. Quanto ao Plano Municipal de Cultura - PMC e o novo GT instituído, ela faz os seguintes questionamentos: O que estão querendo rever no PMC? Qual problema que o executivo vê como questão a ser revisada? Sarah Alonso encerra sua fala solicitando alguma forma de sessão para tirar dúvidas com a equipe do Fomento da SMC. Com a fala, Verônica Dias apresenta a importância de se pensar o Plano Municipal de Cultura e Leia Aldir Blanc 2 de maneira que não se jogue fora a experiência acumulada sobre. Destacando os Fóruns Territoriais como importante espaços pensando metodologias que considerem a participação. Verônica diz que as preocupações não deveriam ser com o excesso de processos que são criados devido ao alto

número de contemplados, mas sim em criar condições para beneficiar o maior número de proponentes. Pedindo que o foco esteja em ampliar e não voltar ao elitismo anterior, conclui Verônica Dias. Com a palavra, Carla Wendling reforça que quando o dinheiro é público quem contribuiu tem o direito de receber também. E que o alcance tem que ser cada vez maior. Ela ressalta que no Pró-Carioca, onde lê-se uma Linha “Cultura e Patrimônio”, ela sente a ausência da palavra “Carnaval”. Uma negação que provoca tristeza, declara Carla. A mesma pergunta se seria preciso fazer um curso para compreender que o dinheiro é público? Ao que lhe parece, não se tem mapeado quem, de fato, faz cultura nesta cidade, ou seja, os CPFs, afirma Carla Wendling. Com a palavra, a Vice-Presidente do Conselho Luciane Rufino cumprimenta os presentes e solicita que a Secretaria de Cultura possa oferecer uma reunião que promova a interação deste Conselho às ações que estão em andamento e com previsão de acontecer. Um encontro que integrasse o Conselho à atuação da SMC. A Presidente do Conselho Mariana Ribas, junto ao Secretário Executivo Renato Rangel concordam e se dispõem à tal demanda. Ato contínuo, Mariana Ribas convida à fala o Coordenador de Territórios e Diversidade Cultural Guilherme Lopes, visto que o mesmo está à frente do Programa Ações Locais. Ele explica que a metodologia do Ações Locais tem como principal objeto democratizar o fomento em direção a ações culturais continuadas de impacto positivo no território e, por isso, os formulários desse edital são, de fato, diferentes dos editais convencionais. O formulário é pensado para não atender apenas quem domina conhecimentos da escrita formal de projetos culturais, mas sim

fazer uma série de perguntas para que o realizador possa "narrar" aquilo que ele faz ou aquilo que pretende fazer. Isso gera um formulário com uma quantidade maior de perguntas, mas ele é menos complexo para a elaboração de cada resposta. Ele deu exemplos sobre a explicação do impacto sociocultural positivo de cada ação e das ações de acessibilidade no formulário. O Coordenador de Territórios e Diversidade Cultural Guilherme Lopes encerra sua fala complementando que, esta forma de abordagem é, inclusive, inspirada nos moldes do Programa Cultura Viva e nos editais voltados para Pontos de Cultura, que são experiências bem sucedidas no reconhecimento e fomento de iniciativas culturais com esse perfil. A Presidente agradece a fala do coordenador e passa a palavra à conselheira suplente na cadeira do carnaval Marilene Monteiro. Esta afirma que, por parte deste novo colegiado do CMPC não há interesse em desfazer trabalhos anteriores ou desconsiderar todo seu lastro. Visto que tal seria uma arrogância e que não pactuam com isso. Ela ainda expõe que carnaval está contido em "Cultura e Patrimônio" e que o foco deve recair sobre a escolha dos avaliadores. Pois, os mesmos devem ter essa clareza. Por questão de ordem, Carla Wendling pede, então, que a nomenclatura passe a ser "Carnaval, Patrimônio e Cultura Popular". A conselheira Antônia Phillippsen retoma a palavra e expõe que os termos "Igualdade, Equidade e Desigualdade" devem ser considerados. Pois, compreende que "vamos abrir" ou "vamos dar voz" sem equidade para a participação não se efetiva quando está focada na Região Central da cidade. E, questiona os horários das reuniões. Ela participa que reunião híbrida seria o modelo mais equânime. O Secretário Executivo deste



Conselho Renato Rangel apresenta que, quanto ao tempo destinado à leitura para que apresentem suas considerações sobre o Projeto de Lei do Plano Municipal de Cultura haverá uma votação. Pois, alguns conselheiros apresentam a necessidade de reduzir o tempo proposto para que haja maior celeridade na devolutiva. Nesse sentido, há o seguinte panorama:

- Votação sobre o tempo destinado à leitura e devolutivas sobre o Projeto de Lei do Plano Municipal de Cultura: 2 (dois) ou 3 (três) semanas

3 semanas: 12 votos

2 semanas: 6 votos

Fica, então, estabelecido que o Projeto de Lei deve ser encaminhado hoje aos conselheiros que deverão fazer sua leitura até o próximo dia 19 (dezenove) de setembro. Logo, a Reunião Ordinária de setembro será marcada na semana do dia 19 (dezenove). O conselheiro David Theodor (Dança) ressalta que o Regimento interno deste Conselho prevê o rodízio das reuniões entre as áreas de planejamento e solicita que o mesmo comece a valer. O conselheiro ainda solicita que um calendário de encontros seja estabelecido, antecipadamente, como uma data fixa no mês. E, que haja divulgação antecipada desses encontros. Com a palavra, o conselheiro Jardel Augusto (Artes Visuais) solicita que um calendário de encontros seja estabelecido para que, antecipadamente, todas e todos possam se organizar para participarem. Ainda que sofram alguma alteração necessária, mas que seja, minimamente, antecipada e fixada uma data. O mesmo sugere que haja uma reunião de transição do conselho anterior para o atual. Pois, o último colegiado possui acúmulo

de cinco anos de construção e esse diálogo e escuta se faz necessário. A Presidente do Conselho Mariana Ribas agradece a presença e participação de todas e todos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17 horas e quinze minutos. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Cultural lavra a presente ata que vai por nós assinada, pelo Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.